

Resumo

Este artigo pretende demonstrar que a chamada Escola Possibilista francesa, transplantada para o Brasil, era indefinida quanto ao seu objeto e aparentemente despolitizada, pois, ligada ao capitalismo, foi legitimadora do expansionismo francês, do colonialismo e do imperialismo, além de dificultar a abstração e a especulação. Para a construção dessa abordagem, o artigo traça um perfil da França no século XIX, com destaque para seu conflito com a Prússia, no sentido de melhor contextualizar o surgimento da Escola Possibilista. Também procura explicar as razões da “cidadania acadêmica” da Geografia naquele país. Incluir-se-ão necessariamente alguns dados biográficos de Vidal de La Blache e as características básicas da Escola Regional Francesa.

Palavras-Chave: França no século XIX – Escola Possibilista – Vidal de La Blache – Gênero de vida.

Abstract

This article aims to demonstrate that the called French Possibilist School, transferred to Brazil, was not defined as per its object and apparently not politicized, since it was connected to capitalism and imperialism, besides hampering abstraction and speculation. In order to construct this approach, the article draws a profile of the XIX century France, detaching its conflict with Prussia, aiming to best contextualize the raise of the Possibilist School. Also seeks to explain the reasons of the “academic citizenship” from that’s country’s Geography. It will also include some Vidal de la Blache’s biography data and basic features of the Regional French School.

Keywords: *France in the XIX century – Possibilist School – Vidal de la Blache – Life genre.*

Apresentação

Para melhor entender qualquer escola, há a necessidade de situá-la em seu contexto histórico. Como se vai tentar realizar uma breve análise de uma corrente geográfica francesa surgida no século XIX, é preciso caracterizar um pouco esse país naquela época. Na Europa, a centralização política exigia a manutenção de fronteiras nacionais; um poder centralizado, estatal; necessitava delimitar um espaço, formar exércitos nacionais para o controle (interno e externo), impor uma língua e fixar limites de um mercado nacional. De há muito a França havia realizado a sua unificação; “[...] a centralização do poder estava garantida na prática pela monarquia absoluta.” (MORAES, 1981, p. 61) Posteriormente, ocorreu aí a mais famosa Revolução Burguesa (1789), com a nova classe vencedora se instalando no Estado e com um projeto definido de implantação das relações capitalistas de produção, processo *completado* com Napoleão Bonaparte (1769-1821) no poder.

A burguesia comandou um movimento popular e seus ideólogos criaram propostas progressistas e liberais — no significado da época — que, conquistado o poder, foram alteradas. O caráter da luta burguesa acirrou as contradições e reprimiu a luta de classes com toda violência, como ocorreu em 1848 e com a Comuna de Paris (1871). Mas, a partir dessa época, o socialismo marxista se expandiu, o que fez a burguesia continuar com o seu discurso liberal e manter, na prática, a sua *ordem*. Colocou a ciência a seu serviço, revestindo-a, porém, do mito da objetividade e da neutralidade.

Portanto, em 1789, o terceiro estado tomou a Bastilha, em um episódio da chamada Revolução Burguesa. Confisco de bens do clero, Constituição que estabeleceu a monarquia constitucional (1791), prisão do rei (Luís XVI), oficialização da República e morte do rei (1793), domínio do Terror (para os inimigos da Revolução) e do Diretório, e o golpe de 18 Brumário, de Napoleão, em 09 de novembro de 1799, que depôs o Diretório e consolidou o poder da burguesia. Houve a implantação do regime do Consulado, uma ditadura disfarçada sob a aparência de um regime republicano e, em 1804 (com uma nova Constituição), foi criado o Império: Napoleão se tornou imperador. Liberdade, Igualdade e Fraternidade pareciam temas esquecidos. E o objetivo de Napoleão de reorganizar social e politicamente a França era indissociável do projeto expansionista.

Sagrado rei pelo papa em Paris, Napoleão I reconstituiu a antiga nobreza, tornou-se mais despótico que alguns antigos reis, intervindo em diversos setores, inclusive na educação: “[...] a universidade imperial monopolizou o ensino superior e as disciplinas consideradas perigosas para o regime (*História e Filosofia*) tiveram seus programas alterados.” (ARRUDA, 1986, p. 144) Até o catecismo católico ensinava dos deveres para com Deus e para com o imperador.

Após a Revolução Francesa,

As pressões no sentido da efetivação de transformações político-sociais haviam assumido uma premência e uma legitimidade que dificilmente poderiam continuar a ser contidas através da mera proclamação de teorias respeitantes a uma ordem supostamente natural da vida social. Em

vez disso, muitos foram os que defenderam que a solução estaria antes em organizar e racionalizar a mudança social que surgia agora como inevitável num mundo em que a soberania do “povo” passava cada vez mais a constituir a norma, sem dúvida na tentativa de limitar, por essa via, a extensão do fenômeno. (WALLERSTEIN et al., 1996, p. 22)

No período, a Geografia francesa ainda carecia de significação expressiva, inclusive política.

Embora o ano de 1809 tenha testemunhado a criação de uma cátedra de Geografia na Universidade de Paris e, em 1828, fundava-se, nesta mesma cidade, a Sociedade geográfica europeia, durante as três primeiras décadas do século XIX a Geografia esteve praticamente ausente do despontamento científico de então. Sob responsabilidade dos historiadores, não passava de uma disciplina auxiliar à História. Para os demais cientistas, era vista como uma disciplina prática, fornecedora de dados para políticos, comerciantes e o público em geral. [...] [...], as questões colocadas à sociedade francesa acabaram por favorecer o campo geográfico. A necessidade de conhecer detalhadamente o território nacional e suas regiões, a obtenção de informações sobre as potencialidades econômicas das colônias e mesmo uma atração por países “longínquos” – tidos como exóticos pelo imaginário europeu – atraíram um público diverso em torno da Geografia – que, naquela altura, era tão plural quanto seus interlocutores. Nota-se, então, como a formação de um campo científico é um processo eminentemente social e, com efeito, como as ideias e noções que emergem deste campo estão diretamente ligadas aos interesses econômicos, políticos e ideológicos de determinados grupos. (RIBEIRO, 2009, p. 24)

Expansão do domínio francês na Europa Ocidental, Bloqueio Continental contra a Inglaterra etc., até Napoleão invadir a Rússia (em 1812), deparando-se com grande resistência dos russos e uma retirada desastrosa. Prússia, Áustria e Rússia venceram os franceses em Leipzig (1813), acabando com seu poder na Europa; Paris foi tomada pelos vencedores, que obrigaram Luís XVIII a aceitar o poder; Napoleão, preso na ilha de Elba, de onde fugiu (1815) para retomar o poder, ser vencido pelos ingleses em Waterloo (Bélgica) e preso na costa africana (ilha de Santa Helena, onde faleceu em 1821). E Luís XVIII voltou ao poder.

As grandes potências europeias (Áustria, Inglaterra, Prússia e Rússia) criaram a Santa Aliança, para preservar a “paz”, conter a difusão de mudanças liberais (burguesas) e evitar perturbações sociais (como Revolução Francesa e guerras napoleônicas). O mapa europeu foi alterado novamente. A Santa Aliança foi um “[...] instrumento da reação europeia para manter a França sob vigilância, reprimir os possíveis movimentos revolucionários e liberais que viessem a surgir em qualquer ponto da Europa, e abafar qualquer movimento de caráter separatista (de independência) ou nacional.” (ARRUDA, 1986, p. 150) Mas não conseguiu impedir a independência das colônias sul-americanas e, por isso, por volta de 1830, seu poder já havia desaparecido.

Com Luís XVIII, com a instauração do Terror Branco (perseguição aos partidários da revolução de 1789 e aos bonapartistas), com um regime eleitoral censitário (somente para contribuintes; não chegava a cem mil pessoas) e com divisões políticas, a França não conseguia caminhar direito. Em 1824, faleceu o rei, assumindo o posto seu irmão

(Carlos X), que estabeleceu indenização para os nobres que tiveram bens confiscados, pena de morte para quem profanasse templos e iniciou a conquista da Argélia. Em 1830, novas mudanças provocaram uma Revolução na França, a fuga de Carlos X e a imposição de um novo rei (Luís Felipe) – a burguesia preferia uma monarquia constitucional a uma república democrática –; esta revolução acabou repercutindo em todo o continente europeu.

Em 1848, ano da publicação do *Manifesto Comunista* (de Marx e Engels), houve novas revoluções no continente europeu (na França, na Península Itálica e em Estados Germânicos), agora com a presença de grupos socialistas, a nova força que surgia (mas ainda sem um partido para encaminhar as reivindicações). Diversas foram as razões desses fatos; entre elas: colheitas péssimas (o que significava que a situação dos pobres havia piorado), superprodução nas indústrias têxteis; redução dos salários e desemprego. Na França, a monarquia de Luís Filipe apoiava-se na burguesia e em seu sustentáculo: a Guarda Nacional; diversos grupos se opunham a este regime. Em fevereiro de 1848, após revoltas em Paris, o rei abdicou, já que tinha sido abandonado pela Guarda Nacional. Proclamou-se a II República e, em abril, aconteceu a primeira eleição europeia com voto universal masculino, direto e secreto. Entretanto, a crise econômica agravou-se, o proletariado foi às ruas, foi atacado (mais de 15 mil mortos e 04 mil expulsos do país), houve uma nova Constituição (em novembro), que estabelecia a eleição do presidente por quatro anos. O primeiro presidente eleito – Luís Napoleão – deu um golpe em 1851, implantou o II Império e concedeu a si mesmo o título de Napoleão III.

E foi esse mesmo Napoleão III que estava no poder em 1870, quando aconteceu a Guerra Franco-Prussiana. As vitórias do prussiano Bismarck (que considerava os franceses como inimigos tradicionais), principalmente contra a Áustria, foram desagradáveis para o império francês, pois a unificação alemã era uma ameaça à hegemonia francesa no continente. Napoleão III exigiu que os Estados do sul da região germânica (que possuíam uma grande influência francesa) não fossem unidos ao Norte, além da posse de Luxemburgo, Bélgica etc. Entretanto, o que provocou o conflito bélico foi a exigência francesa de não ter príncipe germânico (Leopold de Hohenzollern, um aliado de Guilherme I, da Prússia) como candidato ao trono espanhol (o qual, devido a uma revolta, estava vago); o prussiano recuou. Mas o governo francês fez algumas exigências.

Não satisfeita, a França exige garantias, levando o rei da Prússia a encontrar-se em Ems, com o embaixador francês Benedetti. Entretanto, graças a um despacho enviado pelo rei a Bismarck, avisando-o do encontro, o chanceler prussiano interpreta o documento como um pedido arrogante por parte dos franceses, e a atitude de Guilherme I como uma recusa indignada. Um dia depois, Paris toma ciência do “despacho de Ems” e, logo no dia seguinte, o legislativo decide a favor dos créditos militares. Pronto: estava declarada guerra à Prússia. (RIBEIRO, 2009, p. 22)¹

¹ Alguns historiadores colocam de modo diferente: “Guilherme I enviou a Bismarck um telegrama a ser encaminhado a Napoleão II; Bismarck modificou-o, fazendo-o parecer insultuoso ao povo francês. Esse texto, publicado pelos jornais alemães, levou a França a declarar guerra à Prússia.” (ARRUDA, 1986, p. 173)

O exército prussiano era mais numeroso, melhor comandado, com uma artilharia superior (canhões Krupp) e um deslocamento facilitado pela boa malha ferroviária. Rapidamente, os franceses foram cercados em vários locais, o imperador foi preso e capitulou, em setembro de 1870. Enquanto isso, em Paris, os republicanos reinstalaram a República, organizaram um governo de defesa nacional, mas não tiveram êxito contra as tropas prussianas. Solicitaram um armistício (janeiro de 1871), assinaram o Tratado de Frankfurt, pelo qual a França cedia a Alsácia e o norte de Lorena (regiões vitais devido a reservas de carvão e ferro), além de se comprometer a pagar uma indenização substancial. E o título de imperador para Guilherme I; o *II Reich* foi proclamado na Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes. Com essa humilhação francesa, completava-se a unificação alemã e, ao mesmo tempo, o povo francês passava a alimentar um forte espírito revanchista.

Com a derrota de Napoleão III, instalou-se um governo capitulacionista em Versalhes, fato que provocou a organização da *Comuna de Paris*, para lutar contra a Alemanha e o governo republicano reacionário. Na atual capital francesa, batalhões da Guarda Nacional se preparavam para não ceder diante das tropas alemãs; o governo de Versalhes (presidido pelo conservador Thiers) ordenou a ocupação de Paris e a desmobilização da Guarda Nacional. Em 17 de março de 1871, insurretos se apoderaram de toda a cidade, inclusive da prefeitura, e substituíram a bandeira tricolor da França pela bandeira vermelha, símbolo da revolução popular. Os rebeldes criaram um conselho de cidadãos, eleitos pelo voto universal, no qual as tendências socialistas eram predominantes. O conselho reorganizou a produção das fábricas dentro da cidade, congelou os preços dos gêneros de primeira necessidade e dos aluguéis, iniciou a criação de creches para filhos de trabalhadores e outras medidas. Cercados pelo exército alemão e atacados pelas tropas do governo de Versalhes, os *comunardos*, apesar da tenaz resistência, foram derrotados no dia 27 de maio de 1871. Dos que sobraram dos massacres promovidos pelas tropas governamentais à medida que avançavam, mais de 20 mil foram sumariamente executados nas ruas e na repressão que se seguiu, e outros 40 mil foram deportados para colônias francesas².

Essa guerra teve resultados desastrosos para a França, acirrando as contradições internas na sociedade e na política francesas. Algumas pessoas chegaram a defender a ideia de que a derrota teria sido uma consequência do fato de o ensino francês ser inferior ao alemão: “*Tanto que se disse que a guerra foi ganha pelo mestre-escola alemão.*” (ANDRADE, 1987, p. 69) ou “*Uma frase de Thiers, primeiro-ministro da França, bem o demonstra; diz ele: ‘a guerra foi ganha pelos instrutores alemães’.*” (MORAES, 1981, p. 64) Por essas afirmações, a França perdeu a guerra por causa da superioridade da instrução e ciência germânicas.

2 O geógrafo anarquista Élisée Reclus (1830-1905) aderiu à Comuna, escreveu um manifesto em jornal criado por ele (*Le Cri du Peuple*), foi preso (em 05 de abril de 1871) em uma fortaleza em Brest (onde deu aulas a companheiros) e foi julgado por um conselho militar de guerra – perante o qual assumiu seus atos e sua ideologia –, que o condenou ao degredo perpétuo na Nova Caledônia (colônia francesa na Melanésia). Um movimento internacional de escritores e de Sociedades de Geografia conseguiu a permuta da pena de degredo para a de exílio por dez anos.

A Cidadania Acadêmica da Geografia na França

A Geografia necessitava de mudanças, precisava ser uma disciplina diferente do que havia sido nos séculos anteriores e se constituir como uma ciência acadêmica.

Nos finais do século XIX ela procedeu à sua própria reconstrução como disciplina nova, sobretudo nas universidades alemãs, que assim serviram de inspiração à evolução verificada noutras paragens. Apesar de partilhar com as ciências sociais as suas grandes preocupações, a geografia resistiu à categorização. Procurou fazer a ponte com as ciências naturais pela via da atenção à geografia física e com as humanidades pela via da atenção à chamada geografia humana [...]. Além disso, durante o período anterior a 1945 a geografia foi a única disciplina que se esforçou de forma consciente por ter uma prática verdadeiramente mundial quanto ao seu objeto de estudo. Essa foi a sua virtude, e porventura também a sua perdição. À medida que, nos finais do século XIX, o estudo da realidade social se foi compartimentando em disciplinas distintas, de acordo com uma nítida divisão do trabalho, a geografia tornou-se anacrônica devido ao seu pendor generalista, sintetizante, e não analítico. (WALLERSTEIN et al., 1996, p. 43-44)

Por isso que, em diversos países, ela se comportou como um primo pobre (em número e em prestígio). “*Em consequência, o tratamento do espaço e dos lugares nas ciências sociais foi relativamente negligenciado.*” (Ibidem, p. 44) A dimensão temporal da existência social ficou em primeiro plano na organização das transformações sociais.

E em um clima de revanchismo, por causa da derrota para a Prússia, aconteceu a reforma no ensino e também o estabelecimento da Geografia como ciência na França. No entanto, isso não dependeu somente de simpatizantes da Geografia e não só de interesses científicos.

Pelo contrário: o projeto de independência e institucionalização geográfica era atravessado tanto por intelectuais quanto por homens de negócios, por motivações nacionais quanto internacionais. Isto porque, apesar de suas divergências, todos caminhavam rumo a um objetivo comum: a reconstrução da nação francesa e o aprofundamento da exploração colonial afro-asiática. (RIBEIRO, 2009, p. 22)

Além do imperialismo, da derrota na guerra franco-prussiana, da Comuna de Paris, do combate à geografia germânica (apesar de a mesma ser a inspiração para o modelo francês desta ciência). O estímulo para a reforma do ensino foi o conhecimento da estrutura do mesmo na Alemanha. Aliás, em 1870, a Geografia alemã possuía uma infraestrutura incomparável em relação a qualquer Estado europeu.

Por isso, após a derrota de 1870, foi confiado ao economista Emile Levasseur (1828-1911) um estudo (*Relatório Levasseur*) sobre as causas da inferioridade dos oficiais franceses frente aos prussianos. Esse relatório concluiu que a inferioridade recaía no baixo nível dos oficiais quanto ao conhecimento de línguas e de Geografia. O relatório recomendava que fosse feita uma reforma do ensino, particularmente do ensino de Geografia. A que existia até esse momento, nos níveis anteriores ao

universitário, era essencialmente descritiva, de informes úteis principalmente para a História, para a qual se comportava como disciplina auxiliar. Além disso, os Estados germânicos tinham bons manuais e atlas didáticos; os franceses não, e, por essa razão, também precisavam produzir bons materiais.

Uma reforma educacional que procurava estabelecer o civismo e a harmonia entre as classes; por esses motivos, cultuava a pátria, a ciência e a laicidade. A tarefa dos reformadores para a Geografia não era fácil; necessitavam superar a carência de material didático (livros, mapas, globos terrestres) e uma tradição de conhecimento enciclopédico e mnemônico, de catálogo de nomes e lugares, que só precisavam ser decorados. Horácio Capel afirmou em 1981: “*Uma circular enviada em 1872 pelo Ministro da Instrução Pública decretava a obrigatoriedade de excursões geográficas/passeios topográficos, lançando mão do estudo de mapas, realização de croquis e visitas históricas.*” (apud RIBEIRO, 2009, p. 25) Era preciso conhecer o país, admirar suas paisagens, valorizar sua diversidade regional.

No entanto, não era somente pelo patriotismo que se valorizava a disciplina; também pela economia (o planejamento agrícola, comercial e industrial tinha que passar por um levantamento das especificidades do país) e, em decorrência, pela política colonizadora. Levasseur, economista liberal que teve um papel essencial na renovação do ensino de Geografia, no programa instrucional, de 1872, concebia a Geografia como porta de entrada para os estudos econômicos. Segundo ele:

Ensinada tal como a indicamos, a geografia é uma preparação aos estudos econômicos propriamente ditos, que deveriam ter um certo lugar em nossa classe de filosofia. Da economia política, ela recebe luz de princípios e, com essa ajuda, esclarece e reúne os fatos, colocando à disposição da economia política a experiência das nações sobre a terra e produzindo, numa classificação analítica própria a facilitar as comparações, uma multidão de fatos de onde, por reciprocidade, pode brotar uma viva luz sobre aqueles princípios. (apud RIBEIRO, 2009, p. 25)

Aí que estava outro perigo: uma disciplina dependente da História (muitos historiadores eram contrários à criação de uma ciência chamada Geografia – apesar de um deles ser o grande responsável por sua consolidação universitária –, porque poderiam ser deslocados de seus postos no ensino de geografia), passando a ser dependente também de outra ciência: a Economia; esta era mais preocupada em difundir suas doutrinas do que em desenvolver a nova ciência. Por esta ou por outras razões, o governo da III República reorganizou o ensino e atribuiu, no ensino secundário, maior importância ao estudo de Geografia (agora em todas as séries) e ao de História. Logo depois foi criada a cadeira de Geografia na Universidade de Nancy.

Apesar de derrotada, a França continuava o segundo maior império colonial e a Geografia possuía, neste aspecto, uma grande importância para o Estado, realizando estudos sobre as colônias, mostrando as riquezas naturais e como explorá-las, aprofundando o conhecimento do mundo tropical, dando sugestões para uma melhor racionalização da dominação colonial e colaborando para a “[...] recuperação da imagem de Grande Potência, abalada pela guerra” (MOREIRA, 1980, p. 34)

A guerra perdida para a Prússia colocou a necessidade de se pensar melhor o

espaço, de criar uma Geografia que, além de combater a alemã, fundamentasse melhor o domínio e o expansionismo colonial francês. Para isso, houve a necessidade de se conceder o *status* de ciência a ela (como já possuía a alemã) e isso estimulou o desenvolvimento, com o apoio do Estado burguês, da Escola Geográfica Francesa, que partiu dos alemães (notadamente de Ratzel) para criar a sua. E, segundo Aroldo de Azevedo (1910-1974), a França era um país “[...] onde o homem tem sabido aproveitar de maneira admirável o que a natureza lhe oferece” (AZEVEDO, 1961, p. 189); omitiu, porém, que ela também fez pior com naturezas alheias. Quem vai liderar o processo de criação de uma *geografia francesa* será Vidal de La Blache, que conseguirá deslocar a discussão da antagonica Alemanha para a França.

A Guerra Franco-Prussiana (1870-71) se constituiu no grande estímulo para justificar a urgente necessidade de desenvolver bem o conhecimento geográfico no sistema educativo francês. E Vidal acabou por dar um objeto de estudo diferenciado, o que a distinguiu de outras ciências: a região. No período, os estudos de Alexander von Humboldt (1769-1859) e de Karl Ritter (1779-1859) haviam feito da Geografia, na Alemanha, uma ciência, com cátedra universitária. Portanto, a eclosão da Geografia como uma ciência autônoma – e isso não somente na Alemanha onde o processo se iniciou – ocorreu em razão de necessidades políticas e ideológicas.

O Possibilismo da Escola Regional Francesa

O principal formulador da chamada Escola Regional Francesa foi Paul-Marie-Joseph Vidal de LA BLACHE (1845-1918). Nasceu em Pézenas (no sul da França) em 22 de janeiro de 1845, foi enviado pelo pai – um professor – para um colégio interno de Paris (Liceu Carlos Magno), em 1863 ingressou na Escola Normal Superior de Paris, especializando-se em História e, depois, em Geografia. Morreu subitamente em 05 de abril de 1918, em Tamaris-Sur-Mer, o que o impediu de terminar sua maior obra (*Princípios de Geografia Humana*). Alguns capítulos da primeira parte já tinham sido publicados nos *Annales*. Segundo Emmanuel de Martonne, poucos são os capítulos incompletos. Alguns ficaram faltando, como “[...] um capítulo sobre a aglomeração americana, na primeira parte; e, na terceira, o autor teria certamente tratado com maior desenvolvimento das cidades.” (MARTONNE, in: LA BLACHE, 1954, p. 24). Este último estudo foi colocado no final da obra como “Fragmentos”.

Doutorou-se na França, em 1872, lecionou na *École Supérieure des Lettres et Sciences* de Angers e foi nomeado professor do Curso de História e Geografia da Faculdade de Letras de Nancy, onde, na verdade, ensinou basicamente Geografia. Reteve de Emile Levasseur e dos cartógrafos de população a ideia de que a Geografia tinha por finalidade explicar a desigual repartição das pessoas na superfície terrestre. Em 1877, partiu para a Escola Normal Superior de Paris, onde trabalhou até o ano de 1898; no início do ano seguinte, assumiu a cátedra de Geografia em Sorbonne.

Em 1891, fundou o *Annales de Géographie* (que dirigiu até a sua morte) e viajou ainda para a Espanha, Tunísia, Argélia, Marrocos, Canadá, EUA, diversos países da América Central e por quase toda a Europa. Também lecionou na Escola Livre de Ciências Políticas, foi membro do Instituto da França e da Real Academia de História de Madri. Em 1915, recebeu a Medalha de Ouro da Sociedade Geográfica dos EUA.

Antes de ocupar a cátedra em Nancy, esse historiador já possuía preocupações com a região do Oriente Próximo, com a desigual distribuição da população pela superfície da Terra e com as relações entre o homem e o meio físico. Para melhor mostrar a distribuição da população, buscou auxílio da Cartografia – deve-se a ele a elaboração do primeiro atlas com mapas temáticos –; sobre as relações entre o homem e o meio natural, admitia a influência do segundo³ sobre o primeiro, mas afirmava que o homem, dependendo de suas condições econômicas e técnicas, podia influenciar e modificar o meio natural. Como frequentemente falava em *possibilidades ambientais*, suas concepções foram cognominadas, pelo historiador Lucien Febvre (1878-1956), de Possibilismo; foi ele o responsável pela cunhagem dos termos *determinismo* à Escola Alemã e *possibilismo* à Escola Regional Francesa, em sua pregação por uma Geografia que não falasse de Estado e sim, basicamente, de solo (“*O solo, não o Estado: eis o que deve preocupar o geógrafo*”, escreveu Febvre).

Além disso, Vidal não estimulou um debate com Ratzel ou a chamada Escola Determinista; isso foi mais fruto de seguidores. Nos textos de Vidal, observou-se um respeito às ideias de Ratzel. Por exemplo: em “*États et nations de l’Europe autour de la France*”, de 1889 (LA BLACHE, 2012a), Vidal realizou uma avaliação favorável de obras de Ratzel publicadas até aquele momento, das quais sua geografia humana acabou sendo tributária. Fazendo uma análise sobre as áreas ecúmenas, sobre os limites da “obra” humana, afirmou:

Indubitavelmente, a determinação da superfície habitada é a primeira questão que se coloca à geografia humana. Sobre isso, não há nada a acrescentar às considerações desenvolvidas pelo Sr. Ratzel nos primeiros capítulos do tomo II de sua Anthropogeographie. Porém, na terra habitada, há áreas [contrées] onde o homem é, de alguma forma, apenas tolerado pela natureza ambiente. (LA BLACHE, 2012a, p. 103)

Em 1892, surgiu a cadeira de *Geografia Colonial*, chamada depois de *Géographie D’Outre Mer* e, mais tarde, de *Geografia Tropical*, o que mostrava a importância dessa ciência, naquele país, na assessoria e na justificativa da *obra colonial*. É necessário dizer que os geógrafos franceses influenciaram a expansão colonial de seu país e foram por ela influenciados. “[...] Vidal de la Blache atua em várias frentes: favorável às pretensões do Comitê da África Francesa, faz conferências sobre as colônias e sua revista é um espaço privilegiado de atuação em prol da expansão colonial, [...].” (RIBEIRO, 2009, p. 26) Vidal chegou a escrever:

Devemos nos congratular porque a tarefa da colonização que constitui a glória de nossa época, seria apenas uma vergonha se a natureza pudesse ter estabelecido limites rígidos, em vez de deixar margem para o trabalho de transformação ou de reconstrução cuja realização está dentro do poder do homem. (apud SANTOS, 1978, p. 15; grifo nosso)

³ Isto começou quando La Blache “[...] compreende o que faz a singularidade dos meios mediterrâneos: a *secura do Verão*. É pelos obstáculos que impõem à agricultura e à criação de gado que o clima, o relevo e os solos pesam na repartição dos homens. Os grupos reagem a estas dificuldades através dos gêneros de vida que desenvolvem: [...].” (CLAVAL, 2006, p. 91)

E Albert Demangeon (1872-1940), na conclusão do seu *Traité de Géographie Humaine*, elogiava os trabalhos de benfeitorias no Vale do Níger, realizados “[...] *nessa África Negra que ainda oferece à colonização europeia um campo maravilhoso...*” (Ibidem). A finalidade de servir à potência colonizadora já estava organizada.

O governo francês ainda encarregou Vidal de elaborar uma nova divisão regional do país (a existente era de 1790), pois a realidade socioeconômica – devida, inclusive, à revolução dos transportes – era outra; ele propôs a divisão em quinze regiões (o país tinha 83 Departamentos), cada uma com sua capital⁴. Esse historiador geógrafo, com fácil acesso ao poder estatal, não deixou uma obra muito vasta. Morreu em 1918, o último da Primeira Grande Guerra, da qual a grande perdedora foi a Alemanha, cuja geografia oficial, principalmente a de Ratzel, foi combatida por franceses, e não por Vidal de La Blache (que, aliás, nunca chamou de determinista a visão de Ratzel). Antes de falecer, havia estabelecido o plano da obra *Géographie Universelle*, que iria substituir a Nova Geografia Universal, de Élisée Reclus. Como “[...] *nem o conhecimento em geral, nem o conhecimento escolar, constituem absolutos, produtos de um processo incessante e desinteressado de busca da verdade*” (SILVA, 1992, p. 80), há sempre uma seletividade ideológica que procura valorizar um tipo de concepção e desvalorizar outros. No caso da Geografia Universal, esconder um combatente libertário, um ácrata.

Com Vidal, politicamente conservador e com teorias que se harmonizavam com o novo regime da III República, era mais fácil a Geografia obter um estatuto acadêmico, tornar-se “neutra” politicamente e combater a influência da geografia alemã. É importante lembrar que a França, após 1870, vivia com a lembrança da Comuna de Paris e mergulhada no clima de revanche em relação à Alemanha. A geografia “deveria” ter as funções de ser um instrumento de comando e de imposição da ideologia dominante. A guerra perdida colocou a necessidade de se pensar o espaço de modo mais adequado ao poder, de se criar uma Geografia que combatesse a alemã e fundamentasse melhor o domínio colonial e o expansionismo. Vidal percebeu que, além da complementaridade dos recursos oferecidos pelas províncias francesas, a unidade também se devia ao ar de parentesco que existia entre áreas com diferentes gêneros de vida.

De acordo com as lusitanas Conceição Ferreira e Natércia Simões, como uma reação ao positivismo, surgiu, no fim do século XIX, o historicismo.

Segundo o historicismo, as ciências humanas diferenciam-se das ciências naturais e não podem aplicar os seus métodos. Por isso não podem procurar leis através de hipóteses e deduções mas sim compreender o homem através do estudo de casos concretos e únicos. Surge novamente a distinção feita por Kant entre ciências sistemáticas e ciências idiográficas, isto é, ciências que estudam casos únicos. Neste conjunto encontram-se a geografia e a história. Do historicismo surge, na geografia, o possibilismo, [...] (FERREIRA; SIMÕES, 1986, p. 72).

E ainda acrescentaram: “*Com o possibilismo, a geografia ultrapassa o perigo*

⁴ As atrações urbanas modificavam a vida das regiões, e as divisões administrativas – baseadas no conceito de região – ficavam inadequadas, razão da proposta de uma nova regionalização do território francês. Isso acontece em quase todos os locais e, por essa razão, é que a divisão regional de um país não deve ser abalizada em diferenças naturais.

de se dividir em geografia física e geografia humana e passa a ser uma ciência de charneira (uma ciência-ponte), que se situa entre as ciências naturais e as humanas.” (Ibidem, p. 73). Além do fato de isso não ser verdade, acabaram por criar ou um novo tipo de ciência ou algo que, por não ser nem ciência natural nem social, não era ciência. Isso parece, também, ser uma forma de esconder aspectos ideológicos essenciais do pensamento possibilista. Pois o historicismo moderno surgiu, sobretudo na Alemanha, no final do século XVIII e início do XIX, como “[...] *uma reação conservadora à filosofia do Iluminismo, à Revolução Francesa e à ocupação napoleônica*” (LÖWY, 1988, p. 64) Manifestou-se por meio de múltiplas formas e uma de suas dimensões era a de defesa da ordem, tendo como base social os setores antirrevolucionários; era, portanto, na sua origem, conservador e anterior ao positivismo. Suas ideias essenciais, resumidas, são:

1 - Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e não pode ser compreendido senão através da e na sua historicidade. 2 - Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam. 3 - Não somente o objeto da pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o sujeito, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista.
(LÖWY, 1988, p. 63-64; grifos originais)

Na visão de sua vertente mais conservadora, não cabia ao historiador avaliar, e sim somente constatar. Mesmo quando avançava, procurava levar mais em consideração as culturas nacionais, as épocas históricas, deixando de lado análises sobre as classes sociais. O que trouxe de importante foi a necessidade da visão histórica para o conhecimento científico da sociedade e a afirmação de que existia uma diferença qualitativa entre as ciências sociais e as ciências naturais. Todavia, procurava fazer um “[...] *discurso supostamente acima das classes [que] é o discurso geral de todas as classes dominantes*” (Idem, 1989, p. 92).

Para a Escola Possibilista, o homem podia atuar no meio físico; o meio natural “[...] *fornece um conjunto de possibilidades cujo desenvolvimento dependerá do homem e de sua liberdade de escolher segundo as características culturais que resultam da evolução histórica*” (FERREIRA; SIMÕES, 1986, p. 73) do grupo. Ou seja, o grupo humano tomava conhecimento do meio físico que habitava e de suas possibilidades, selecionando aquelas que estavam mais em acordo com suas aptidões culturais. Entretanto, se fosse assim, ao contrário do que Ferreira e Simões afirmaram, o homem não seria um agente livre, pois “[...] *sua escolha é severamente limitada pelo sistema de valores de sua sociedade, sua organização, sua tecnologia*” (BROEK, 1972, p. 38), ou seja, pelo seu modo de vida (*genre de vie*).

A defesa da diferença de método entre as ciências naturais e as sociais foi somente uma reação aparente à concepção metodológica positivista. Procuravam dar à Geografia um caráter de ciência idiográfica, de estudo de casos concretos e únicos e situá-la como *ciência de charneira*, de contato entre as ciências naturais e humanas, e definir como seu objeto a região. Entretanto, o que muitos possibilistas entendiam por região?

A região era o objeto e eles a entendiam como espaço onde havia uma

interpenetração das características naturais e culturais, resultante de uma “evolução” histórica, interpenetração essa que conferia a este espaço um caráter homogêneo que o distinguia dos demais, contíguos ou não. Para essa escola, a região era uma síntese do meio físico e do aproveitamento realizado pelo homem, e a paisagem resultante dessa síntese era o objeto da Geografia e deveria ser o assunto de um estudo monográfico.

Esse tipo de monografia, não proposto por Vidal, acabava por isolar a região nos seus limites, estes dados por aqueles que a estudavam, e trazia uma ideia de permanência que não existia. Além disso, o conceito de região utilizado era com base na geologia e, assim, era possível uma definição a-histórica da mesma, uma suposta divisão objetiva do espaço, abolindo da explicação o processo de sua construção pela sociedade. Há mudanças de valor nos fatos e isso só se percebe quando se estuda a sociedade e não a *humanidade*. Permanecer nessa ideia de região é não perceber que a realidade se modifica porque as sociedades mudam, é conceber a região como uma fração do espaço natural, habitada por uma fração de população – cuja inter-relação criou aquela região –, como se a fração não fizesse parte de um todo cuja explicação se encontra em um universo mais amplo. Supõe que aquele pequeno grupo humano dispõe de uma total autonomia e que foi da vontade exclusiva dele surgir aquela paisagem.

Havia, segundo os possibilistas, um caráter homogêneo em cada região, que a distinguia das outras; portanto, eram heterogêneas, mas como algo estático, congelado, como uma fotografia. Hoje, mais do que no passado, a região é definida também de seu exterior, inexistindo autonomia regional absoluta. E tentar fazer da região algo objetivo é esconder que caracterizar uma área específica, em virtude da presença aparente de certa homogeneidade, se dá em função de critérios estabelecidos por um sujeito. Há um juízo de valor que estabelece o limite da região; portanto, o seu tamanho depende do critério adotado, sendo a região mais do que *algo isolado*. Ao ressaltar os elementos mais estáveis da paisagem, essa escola acabou relegando a um segundo plano análises teóricas mais globalizadoras. Sua proposta de síntese era uma justaposição dos *aspectos* e não uma integração, o que acabou por estimular os *estudos separados* desses aspectos.

A região, para os possibilistas, foi interpretada por alguns como sendo a mesma concepção de Vidal, o que, em grande parte dos casos, não condiz. O próprio Yves Lacoste (1977, p. 41-49) fez essa confusão antes de conhecer o livro *A França do Leste*, e o que criticou foi o uso que se fazia da região como sendo igual à concepção de Vidal (mas que não era). Lacoste chamava a região vidaliana de “conceito obstáculo”, pois ela era apresentada como “*a única maneira de decompor o espaço*” e assim acabava impedindo uma “[...] *perfeita apreensão das características espaciais das realidades econômicas, sociais e políticas*” (LACOSTE, 1977, p. 44). Entretanto, essa visão era correta para a escola possibilista e não para Vidal, que não isolava tanto as regiões, a

tal ponto que falava sobre influências que elas exerciam em outras áreas⁵.

Portanto, para a Escola Regional Francesa, era a natureza que condicionava as necessidades humanas e o homem buscava soluções para satisfazê-las nas possibilidades oferecidas pelo meio que habitava; o homem procurava adaptar-se ao meio e, desse relacionamento, surgia um acervo de costumes e técnicas construído pelo homem. Disso resultava um modo de vida ou o gênero de vida. O *Gênero de vida* possibilista era o produto da civilização, o resultado da relação homem/meio, construído no decorrer da história do grupo; esse produto era cristalizado e passado socialmente para as gerações seguintes. Era constituído pelos meios de nutrição, a produção material etc.; ou seja, o equilíbrio entre população e os recursos disponíveis, o que o aproximava do conceito ratzeliano de *espaço vital*. Como os ambientes naturais eram diversos, os gêneros de vida também seriam.

Estabelecido o equilíbrio, o gênero de vida tendia a se reproduzir, da mesma forma, por meio de determinadas regras sociais. O equilíbrio e/ou reprodução se rompiam quando ocorria escassez dos recursos naturais — forçando o grupo a migrar ou a procurar melhorias tecnológicas —, quando acontecia um elevado crescimento populacional — que poderia levar a novas técnicas ou à divisão, formando um novo núcleo — ou quando fossem realizados novos contatos com outros gêneros de vida. Nos contatos surgiriam combinações mais ricas, em virtude da incorporação de novos hábitos ou técnicas, melhorando os gêneros de vida existentes. A difusão dos gêneros de vida romperia os localismos, os isolacionismos, mundializando ou ampliando as áreas de gêneros de vida comuns, rompendo aqueles que eram primitivos e os tornando melhores. Assim, discretamente, iam justificando a colonização europeia e excluindo a existência da categoria classe social.

A divisão possibilista de uma área consistia em um determinado número de regiões, justapostas e *independentes*, cada uma com um nome, “[...] sendo os limites de cada uma delas um ‘dado geográfico’. Cada ‘região’ deve ser objeto de um estudo monográfico com base nas ‘suas’ diferentes características.” (LACOSTE, 1977, p. 47) E realizar o seu estudo monográfico significava “[...] fechar-se nos seus limites dados uma vez por todas [o que] torna impossível a tomada em consideração dos diferentes conjuntos espaciais e das suas intersecções” (Ibidem). O que era criticado por Lacoste se referia mais ao uso que se fez da região, como sendo igual à concepção de Vidal; entretanto, como já dissemos, este não a isolava, como fizeram diversos de seus seguidores.

Aparentemente, a Escola Regional procurava dar um caráter ativo à ação do homem, que sofria influência da natureza, mas poderia transformá-la, o que valorizaria

5 Com base em um texto de Haesbaert (2012, p. 185-201), pode-se confirmar que o conceito de região em Vidal sofreu alterações ao longo de sua vida. Em um primeiro momento, inspirado pela geologia e com uma visão próxima do determinismo fisiográfico, rejeitava como base para a regionalização as divisões políticas ou administrativas e propunha o uso de unidades fisiográficas que poderia vir da geologia ou do clima. Depois, para uma região resultante da relação entre o homem e o meio físico, com presença ainda marcante das bases naturais. Finalmente, um terceiro momento, uma concepção de região mais econômica, marcada pela concepção de modalidade – que entendia como “[...] a reunião de todos os auxiliares demandados pela vida comercial e industrial, [...]” (LA BLACHE, 2012c, p. 284) –, quando passou a considerar uma fluidez nos limites regionais e a industrialização como a principal responsável pela configuração de diversas regiões. Portanto, existiriam “regiões lablacheanas”, e não somente uma.

a história. Isso é discutível, pois essa visão de região traz uma ideia de permanência que não existe. “*Quando os fatos se fazem outros e a ciência continua trabalhando como se os fatos não fossem diferentes, ela já não mais traduz os fatos e se torna tradicional, pela perda de objeto.*” (SANTOS, 1989, p. 07, c. 1)

Havia, portanto, um caráter homogêneo que assinalava aquela região, especificidade que a distinguia de outras; assim, as regiões eram heterogêneas, o que parecia ser menos ruim do que a região homogênea da Geografia Quantitativa. Contudo, não deixa de dar um aspecto estático, fazendo da caracterização da região uma fotografia que a congela. Além disso, igualava a escala do fenômeno à escala de sua explicação, que era muito mais ampla em virtude de os valores que interferiram na criação daquele espaço não se encontrarem, em sua maioria, naquele espaço.

Além das tarefas de criticar o conceito ratzeliano de espaço vital – sem inviabilizar o colonialismo francês – para impedir o expansionismo germânico e de excluir a determinação da natureza na ação humana — sem dar a esta um caráter de classe social –, a Escola Regional Francesa procurava, para esconder propostas que poderiam colocar em risco a estabilidade alcançada, “*ênfatar a fixidez das obras do homem*” (CORRÊA, 1986, p. 12), ressaltando os elementos mais estáveis da paisagem. A região, assim conceituada, como objeto da Geografia, acabou relegando a um segundo plano análises teóricas mais globalizadoras e valorizando a intuição. Contrapunha o regional ao geral, levando em consideração os aspectos físicos e “*a eles sobrepondo os aspectos humanos e econômicos*” (ANDRADE, 1987, p. 70). A proposta de síntese era uma justaposição dos *aspectos* e não uma integração. E, ao realçar o papel do meio físico como “[...] *o suporte que o homem utiliza para viver, para fazer suas construções, para extrair os produtos de que necessita, Vidal de la Blache estimulou grande preocupação nos geógrafos com a descrição deste meio, [...]*” (Ibidem, p. 71).

Apesar de os possibilistas enfatizarem mais a vida rural, alguns davam destaque à circulação, ao movimento que colocava em contato, que relacionava as diversas partes do mundo. Vidal realçava o estudo das comunicações, pois era através dele que se poderia compreender melhor o relacionamento entre os gêneros de vida, principalmente entre os rurais e os urbanos. Em 1917, no livro *A França do Leste*, reconheceu que no futuro seria “[...] *necessário estudar as inter-relações que se estabelecem entre uma cidade e a região que ela domina*” (apud FERREIRA; SIMÕES, 1986, p. 75).

A Geografia deveria, então, para os possibilistas, estudar o gênero de vida — a “*obra geográfica do homem*” (MORAES, 1981, p. 68) que dava o caráter à região —, os motivos de sua formação, de sua permanência ou transformação e de sua difusão. E o método era, em primeiro lugar, a descrição do meio físico a partir da observação, seguida pela descrição das formas de ocupação, das atividades humanas; na sequência, o processo de integração do homem com a natureza e, por fim, a comparação com outras áreas, classificando-as. Propunha, portanto, o “*método empírico-indutivo*” (Ibidem, p. 71) e, como o positivismo, limitava o conhecimento à observação direta, e a realidade ao mundo dos sentidos.

Os possibilistas partiam do homem abstrato e procuravam esconder o homem concreto, social. Criticavam a politização da geografia alemã e pregavam a separação

da geografia dos interesses políticos imediatos, devendo a mesma ser, como toda ciência — na sua visão —, objetiva e neutra. Dissimulavam, assim, a sua ligação com os interesses do Estado francês, afirmando que a ciência deveria ser despolitizada, asséptica, desvinculando as ciências sociais da prática social. Defendiam a importância da criatividade humana na superação de problemas existentes no meio natural; entretanto, valorizavam mais o resultado do que a própria ação humana. Atacavam a concepção mecanicista e fatalista da relação dos homens com a natureza, opunham-se à “*determinação absoluta da história pelas condições naturais*”, mas minimizavam o homem ao dar mais valor à paisagem por ele criada do que a ele mesmo.

Em 1913, Vidal de La Blache falou a formandos sobre o tema *Des caractères distinctifs de la Géographie*; e afirmou:

No grupo das Ciências Naturais, ao qual sem dúvida (a Geografia) se integra, ela possui um lugar à parte. Suas afinidades não excluem sensíveis diferenças. [...] A Geografia compreende, por definição, o conjunto da Terra. [...] [...] a Geografia, inspirando-se como as ciências vizinhas na ideia de unidade terrestre, tem por missão especial procurar como as leis físicas ou biológicas, que regem o globo, se combinam e se modificam aplicando-se às diversas partes da superfície. [...] Ela tem como objetivo especial estudar as expressões mutáveis que revestem, conforme os lugares, a fisionomia da Terra. [...] Não se pode mais questionar [...] uma antinomia de princípio entre duas espécies de Geografia: uma que, sob o nome de Geografia Geral, seria a parte verdadeiramente científica; e a outra que se aplicaria, tendo como fio condutor apenas uma curiosidade superficial, na descrição das regiões. [...] O campo de estudo, por excelência, da Geografia é a superfície; este é o conjunto dos fenômenos que se produzem na zona de contato entre as massas sólidas, líquidas e gasosas, que constituem o planeta. [...] A Geografia distingue-se como ciência essencialmente descritiva. Não seguramente que renuncie à explicação: o estudo das relações dos fenômenos, de seu encadeamento e de sua evolução, são também caminhos que levam a ela. Mas esse objeto mesmo a obriga, mais que em outra ciência, a seguir minuciosamente o método descritivo. [...] Nenhum índice, mesmo nenhuma nuance não poderia passar despercebida; cada uma tem seu valor geográfico, [...], no conjunto que se trata de analisar. [...] É preciso dizer que nesta fisionomia o homem se impõe, direta ou indiretamente, por sua presença, por suas obras ou consequências de suas obras. Ele também é um dos agentes poderosos que trabalham para modificar as superfícies. Coloca-se por isso entre os fatores geográficos de primeira ordem. (LA BLACHE, 1985, p. 37-46; grifos nossos).

Portanto, para Vidal, a Geografia se inseria no grupo das Ciências Naturais, era uma ciência essencialmente descritiva (lembrar que a descrição é necessária, mas descrever, por si só, não é ciência), seu objetivo era observar as relações mútuas entre o homem e o ambiente natural, não sendo o de estabelecer relações causais nem criar leis gerais sobre as relações homem/natureza. Se não havia como descobrir leis na geografia regional, sua função era descrever as diferentes partes da superfície da Terra, através de monografias regionais e, a partir delas, elaborar comparações e classificações. Valorizava assim o trabalho de campo, a observação de pequenas áreas (contrapondo o regional ao geral) onde, após o estudo dos aspectos físicos, colocar-se-iam os *aspectos*

humanos e econômicos. Chegou a afirmar que não havia limites claros entre o físico e o humano, pois se interpenetravam; mas sua síntese era, na prática, uma sobreposição. Descrevia-se o suporte físico da região e sobre ele se colocava o *genre de vie*.

Vidal, ao definir as fronteiras internas europeias como divisoras de *domínios de civilização*, com gêneros de vida semelhantes e que por isso deviam ser respeitadas, estava criticando a anexação da Alsácia e parte de Lorena. E, ao colocar como um processo enriquecedor e causador do progresso as relações entre os diferentes gêneros de vida, defendia a ação colonial francesa e legitimava a expressão *missão civilizadora europeia*, sob a qual se escondia a ação dominadora, depredatória e exploradora do expansionismo colonial.

O método por ele proposto impedia a busca de causas absolutas, usava a indução (como as ciências da natureza), valorizando assim a observação direta, a realidade sensível, e limitava a explicação aos elementos visíveis, mensuráveis. Ao acentuar a ação humana, fazia-o de suas obras, da *paisagem cultural*, omitindo que as obras resultantes da relação homem/natureza eram fruto de um processo de produção de mercadorias, derivado das relações de classe. Ligado ao Estado, às classes conservadoras, não realizava uma geografia crítica do capital. E gerava uma indefinição da mesma, ao reforçar a ideia de *ciência de síntese* — Aroldo de Azevedo chegou a dizer que a Geografia era a “*Mãe das Ciências, a síntese das ciências*” (SANTOS, 1984, p. 61) —, que tentava reunir resultados das ciências naturais e sociais, mas o que conseguiu foi uma síntese acumulativa em nível da região e, portanto, fragmentadora da realidade global.

No Prefácio da edição portuguesa do livro *Princípios de Geografia Humana*, há uma definição do que se chamou de possibilismo:

O meio – quadro complexo de condições variadas de clima, solo, associações vegetais, posição, situação, relevo – atua sobre os grupos humanos; estes respondem, reagindo, adaptando-se ativamente a essas condições, determinando-se por uma ou várias das possibilidades que o meio oferece. (MARTINS, Fernandes; in: LA BLACHE, 1954, p. 11)

Ora, as mesmas causas geográficas não produzem sempre os mesmos efeitos. Regiões que outrora eram pântanos, com obras de dragagem e de diques, se transformaram em áreas ocupadas para o plantio ou moradia dos seres humanos. O que se pregava para estudar como Geografia eram as relações do homem com o meio, este entendido somente como o meio físico.

O “estudo das relações dos grupos humanos com o meio geográfico” seria uma definição de Geografia Humana; mas seria confusa: uma geografia advinda da relação dos grupos com o meio geográfico? Se meio geográfico é essencialmente físico, a geografia seria essencialmente física; outra Geografia seria a da relação dos grupos com esse meio. Então temos, no mínimo, duas, e ambas não possuem uma definição clara.

Vidal, vivendo no período de Élisée Reclus, preferiu a expressão *Geografia Humana*, até porque o termo “humano” era mais neutro e, no século XIX, “social” era quase que sinônimo de socialista. Em *Princípios de Geografia Humana*, escreveu na

introdução:

Do velho tronco da Geografia brotaram recentemente alguns ramos; um desses foi a Geografia humana. [...] Traz porém, uma nova concepção das relações entre a Terra e o Homem, concepção sugerida por um conhecimento mais sintético das leis físicas que regem a nossa esfera e das relações entre os seres vivos que a povoam. (LA BLACHE, 1954, p. 27)

Ele afirmava que se interessava pelas relações entre a terra e o homem, destacava as “leis físicas” e reduzia as pessoas à escala e à entidade de “seres vivos”. Escreveu: “*Os fatos de Geografia humana ligam-se a um conjunto terrestre e apenas por este são explicáveis; relacionam-se com o meio que, em cada lugar da Terra, resulta da combinação das condições físicas.*” (Ibidem, p. 30) Como afirmou Philippe Pelletier, em 2005: “*Nada de política, pouco de sociologia, nenhuma análise das relações de forças sociais. É uma abordagem tipicamente biológica, biologizante, organicista. [...] Vidal considera o homem sob o ângulo biológico, como um animal evoluído e orgânico, no interior de um todo.*” (in: RECLUS, 2010b, p. 14-15). Ou como escreveu Paul Boino em artigo introdutório a um livro de Reclus:

[...] a escola vidaliana operou uma forte redução do campo de sua disciplina, depois refutou como não geográfico tudo o que não entrava no estreito âmbito que ela havia definido. [...] Para evitar tratar de questões sociais, econômicas, políticas, da luta de classes, das contradições econômicas, do colonialismo e do imperialismo (entre outras coisas) os vidalianos reduziram a geografia à caricatura, a ser apenas uma simples ciência dos lugares (para retomar a definição do próprio Vidal de la Blache). (in: RECLUS, 2010a, p. 13)

O livro de Vidal mais claramente político, *A França do Leste* (1917), que tratava da região da Alsácia-Lorena, anexada pela Alemanha em 1871, acabou sendo ocultado por seus seguidores. A escola criada em seu nome levou alguns geógrafos a se especializarem em aspectos das descrições, aprofundando cada vez mais sobre cada vez menos, perdendo o necessário caráter espacial mais globalizante e criando diversas geografias: Geografia Física, Zoogeografia, Fitogeografia, Geografia da População, da Indústria, Agrária, Urbana etc., partes das *três grandes geografias*: a Física, a Humana e a Econômica. Fragmentou e despolitizou o discurso geográfico, onde o homem não era abordado como componente de uma sociedade de classes. Seus seguidores podiam até se rotular de historicistas, mas eram de um historicismo que, no fundo, renegava a história como um processo vivo e nivelava coisas e homens.

Considerações Finais

A corrente possibilista tornou-se majoritária em diversos países e, com isso, a França se transformou no centro da discussão geográfica. Enquanto era vivo, Vidal centralizava e influenciava as cátedras universitárias francesas; após sua morte,

seus discípulos mantiveram algumas de suas propostas, modificaram outras e as aprofundaram. Muitos deles escreveram para a *Geografia Universal*, tomando como unidade de análise a região, que diziam ser a concebida por Vidal. A identificação das regiões passou a ser o trabalho geográfico básico e, na busca da individualidade das regiões, além dos elementos da natureza, destacavam-se os aspectos culturais, atitude que aparentemente valorizava a História e o que chamavam de Geografia Humana. Entretanto, na prática, valorizava a cognominada Geografia Regional e a realização de monografias restritas. Para piorar, geógrafos acabaram sendo considerados “especialistas” em questões físicas⁶; somente nelas. Mas isso não significa que essa escola apresentava uma *estrutura monolítica*; se havia alguns que concordavam plenamente, existiam outros que só a aceitavam em parte.

O objetivo da geografia possibilista era a observação das relações mútuas entre o homem e o ambiente natural, era a descrição das diferentes partes da superfície terrestre, através de monografias regionais, que permitiriam a elaboração de comparações e classificações, mas não de leis. Acabou por marginalizar, na Geografia, as preocupações e discussões teóricas globalizadoras. Pregou a observação de pequenas áreas (contrapondo o regional ao geral), na qual, após o estudo dos aspectos físicos, colocar-se-iam os aspectos humanos e os econômicos. Ainda que muitos afirmassem que não existiam limites claros entre “*o físico e o humano*”, pois se interpenetravam, a síntese proposta era uma sobreposição.

O estudo monográfico dos gêneros de vida levou a uma visão estática da sociedade e ao abandono da categoria classe social. Assim, muitos dos geógrafos possibilistas fragmentaram o discurso geográfico, *despolitizando-o* justamente por isolarem os aspectos integrantes da realidade espacial – apesar de, no prefácio de seu *Atlas*, La Blache ter escrito: “*Nenhuma parte da terra leva em si, sozinha, a sua explicação.*” (*apud* BRUNHES, 1962, p. 38) – e por falarem de todos os seres humanos da região como algo homogêneo, como se entre eles não existissem distinções de classe. E, ao colocarem o contato entre diferentes gêneros de vida como um processo enriquecedor e causador do progresso, estavam, ainda que de modo opaco, defendendo o colonialismo e procurando legitimar a expressão “*missão civilizadora europeia*”, sob a qual tentavam obliterar a ação dominadora, depredatória e exploradora do expansionismo colonial.

Negavam a influência decisiva do meio natural e, de alguma maneira, realçavam a ação humana, mas impediam a busca de causas absolutas. O método indutivo – semelhante ao usado pelas ciências da natureza – valorizava a observação direta, a realidade sensível; entretanto, assim como pregava o positivismo, limitava a explicação aos elementos visíveis. Os possibilistas, muitas vezes, acentuavam a ação humana, mas sobretudo a *paisagem cultural*, as obras realizadas, omitindo o fato de que a relação homem/natureza decorre das relações sociais do grupo. Assim, escondiam sociedade, relações de trabalho, colonização de exploração etc.; ou seja, omitiam que

⁶ É meio compreensível face à visão colocada por Vidal no livro *Princípios de Geografia Humana*. Nele, “condições geográficas” seriam influências “fatais” de clima, rios, montanhas, litorais na gênese e “evolução” dos Estados. Assim, as unidades políticas, em seus limites, estavam talhadas pela Geografia. Havia um conceito de fronteiras, útil para quem defendia um Estado imperialista como o francês. Posição ou “situação geográfica” implicava no seu significado fisiográfico (clima, solo, relevo, vegetação, distância dos mares). “Fator geográfico” era um do meio físico (clima, relevo etc.); o aproveitamento ou modificação deste dependia da etapa da civilização do grupo.

as obras resultantes da relação homem/natureza também derivavam de um processo de produção de mercadorias segundo as relações de classe.

Vidal de La Blache foi fundamental na institucionalização da Geografia francesa nas universidades, em uma época importante para a consolidação do império colonial de seu país. Uma Geografia ligada ao Estado, às classes conservadoras e que, por vezes, procurou justificar o colonialismo; daí não ser crítica do capital. A escola criada em seu nome acabou por estimular a fragmentação da realidade, o isolamento da Geografia entre as ciências e o desestímulo à procura de causas na apreensão do todo. Gerou uma indefinição da Geografia ao reforçar a ideia de ciência síntese, aglutinadora dos resultados das ciências naturais e “humanas”; era possível até se conseguir uma síntese de uma região estudada, o que a fazia permanecer fragmentadora da realidade global. No Brasil, colaborou para que muitos considerassem a Geografia como sinônimo de estudo de mapas e de descrição dos lugares.

O possibilismo foi uma tentativa de reação ao determinismo ambientalista, tendo como uma das causas o confronto entre a França e a Alemanha e, como uma das funções, desmascarar o expansionismo alemão, sem fazer o mesmo com a ação colonial francesa. A paisagem cultural, expressa na região, acabou por se confundir com paisagem geográfica. O método da escola possibilista clássica foi caracterizado por Moraes (1981, p. 71) de empírico indutivo, que pouco se opunha ao positivismo e, como este, também hostilizava a abstração e a especulação. Durante muito tempo, essa escola dominou o pensamento geográfico francês e deu a esta ciência – tanto na França como onde a importaram – um caráter regionalista e idiográfico, privilegiando os aspectos permanentes (a *herança*); enfatizou a descrição compartimentada, ficou alheia às grandes discussões e colaborou na mistificação dos problemas políticos.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARRUDA, José Jobson de A. *História Moderna e Contemporânea*. 19ª ed. reform. e atual. São Paulo: Ática, 1986.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Geografia Regional*. 28ª ed. rev. São Paulo: Cia. Edit. Nacional, 1961 (para o segundo ano colegial - 1ª ed.: 1949).
- _____. A Geografia francesa e a geração dos anos setenta. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, nº 50, março de 1976.
- BROEK, Jan O. M. *Iniciação ao estudo da geografia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- BRUNHES, Jean. *Geografia Humana*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- CLAVAL, Paul. *História da Geografia*. Lisboa: Edições 70, 2006 (tradução: José Braga Costa).
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. São Paulo: Ática, 1986 (C. Princípios, 53).
- FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. *A evolução do pensamento geográfico*. Lisboa: Gradiva, 1986.
- HAESBAERT, Rogério; PEREIRA, Sérgio Nunes; RIBEIRO, Guilherme (Org.). *Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- LA BLACHE, Vidal de. *Princípios de Geografia Humana*. 2ª ed. rev. Lisboa (Portugal): Edições Cosmos, 1954 (1ª ed. original: Paris, 1921).
- _____. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. 2ª ed. São Paulo: DIFEL, 1985.
- _____. *La France de l'est (Lorraine-Alsace)*. Paris: La Découverte, 1994 (1ª edição: 1917).
- _____. A Geografia Humana: suas relações com a Geografia da Vida. In: HAESBAERT, Rogério et alii. (Org.). *Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012a, p. 99-123.
- _____. Estados e nações da Europa em torno da França (extratos). In: HAESBAERT, Rogério et alii. (Org.). *Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012b, p. 363-388.
- _____. A Relatividade das Divisões Regionais. In: HAESBAERT, Rogério et alii. (Org.). *Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012c, p. 277-286.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia serve antes de mais para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 2ª ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- _____. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MORAES, Antonio Carlos R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: HUCITEC, 1981.
- MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. São Paulo: Brasiliense, 1980 (C. Primeiros Passos, 48).
- RECLUS, Élisée. *Da ação humana na Geografia Física; Geografia comparada no Espaço e no Tempo*. São Paulo: Expressão e Arte: Editora Imaginário, 2010a, 96 p.
- _____. *Renovação de uma cidade; Repartição dos Homens*. São Paulo: Expressão e Arte: Editora Imaginário, 2010b, 95 p.
- RIBEIRO, Guilherme da Silva. LUTA PELA AUTONOMIA E PELO TERRITÓRIO: Geografia e

os Estados alemão e francês na virada do séc. XIX ao séc. XX. *Mercator* – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza, a. 08, nº 15, jan./abr. 2009, p. 19-28. ISSN: 1984-2201.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1978.

Responsabilidade Social dos Geógrafos. In: *Fundamentos para o ensino de geografia; seleção de textos*. São Paulo: SE/CENP, 1989, p. 07-13.

SANTOS, Wilson dos. *A obra de Aroldo de Azevedo - uma avaliação*. 1984. 94f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro.

SILVA, Tomás Tadeu da. *O que produz e o que reproduz em educação: ensaios de sociologia da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

WALLERSTEIN, Immanuel *et alii*. *Para abrir as Ciências Sociais*. Comissão Gulbenkian para a Reestruturação das Ciências Sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1996.